

Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil

Deise Warmling^(a)Rodrigo Otávio Moretti-Pires^(b)

Warmling D, Moretti-Pires RO. Meanings of agroecology in the production, distribution and consumption of agroecological food in Florianópolis, Santa Catarina State, Brazil. *Interface (Botucatu)*. 2017; 21(62):687-98.

The study aimed to describe the meanings attributed to agroecology by stakeholders involved in the production and use of the agroecological food network, in Florianópolis. Five participants in the study were: an agronomist, a nutritionist, a farmer, a seller in the market and a consumer. The methodological and epistemological perspective was social constructionism. Meanings described included: the healthy food, fit for certification; sustainable production; fair trade; farmers' culture; relations of reciprocity. After analyzing the results, there are two main axes: meanings directly and indirectly related to the insertion of agroecology in the markets; and meanings related to agroecology as a movement geared towards building a different model of society. The multiplicity assumption prevailed, where the various narratives allow us to broaden the debate and perceptions on the topic.

Keywords: Agroecology. Agroecological food. Sustainable agriculture. Social constructionism.

O objetivo deste estudo foi descrever os sentidos atribuídos à agroecologia por atores da rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos, no município de Florianópolis. O estudo contou com cinco participantes: um agrônomo, um nutricionista, um produtor, um comerciante e um consumidor. O referencial epistemológico e metodológico foi o construcionismo social. Os sentidos descritos foram: o alimento saudável e apto à certificação; a produção sustentável; o comércio justo; a cultura do campesinato; as relações de reciprocidade. Na análise dos resultados, encontraram-se dois eixos principais: sentidos relativos, de forma direta e indireta, à inserção de agroecologia nos mercados; e os sentidos relativos à agroecologia como um movimento em direção à construção de um outro modelo de sociedade. Prevaleceu o pressuposto da multiplicidade, na qual as diversas narrativas nos possibilitam ampliar o debate e percepções sobre a temática.

Palavras-chave: Agroecologia. Alimentos agroecológicos. Agricultura sustentável. Construcionismo social.

^(a) Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Departamento de Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Campus Reitor João David Ferreira Lima. Florianópolis, SC, Brasil. deisentr@gmail.com

^(b) Departamento de Saúde Pública, Centro de Ciências da Saúde, UFSC. Florianópolis, SC, Brasil. rodrigo.moretti@ufsc.br

Introdução

Nos últimos anos, as pesquisas sobre agroecologia têm se intensificado, destacando a temática, tanto no Brasil como no cenário mundial. A agroecologia surge associada a discursos tais como: o desenvolvimento sustentável, a promoção de saúde, a segurança alimentar e nutricional, e a autonomia do agricultor. Também há os movimentos sociais que têm por base a prática agroecológica e a defendem por ser uma questão urgente, a ser reforçada por políticas públicas.

Em meados de 1970, surge o discurso de agroecologia nos movimentos sociais, que emerge como um movimento composto por técnicos, agricultores e lideranças do campo, e se fortalece a partir de referências científicas como uma forma estratégica de produção de alimentos¹. Segundo Carvajal², a agroecologia não nasce em um campo científico ou em uma discussão específica para solucionar o impacto do homem na natureza. Ela tem suas origens nas práticas tradicionais do campesinato latino-americano, por meio do resgate dos conhecimentos de comunidades tradicionais, como os camponeses e indígenas da América e da Ásia. Sua origem está num movimento popular de oposição ao agronegócio que engloba, também, as questões relativas à forma de organização social, a autonomia e a relação do agricultor com a terra².

Na literatura, a sustentabilidade aparece como eixo central da agroecologia, por meio da aplicação dos princípios ecológicos para a consolidação do desenvolvimento sustentável^{2,3}. Segundo Altieri⁴, a agroecologia é a ciência que se fundamenta em princípios ecológicos para o manejo de sistemas de produção sustentáveis e de preservação de recursos naturais. Destaca-se a sua importância enquanto uma alternativa para se reverterem os impactos econômicos e ambientais do agronegócio.

Na perspectiva do potencial emancipatório para o agricultor, a temática tem por objetivo a implantação de um sistema produtivo sustentável nas dimensões sociais, além das ambientais e econômicas⁵. A agroecologia pode ser definida por um modelo de produção de alimentos e, também, de satisfação de outras necessidades dos seres humanos, de forma a minimizar os impactos negativos no meio ambiente e, sobretudo, na sociedade, abarcando ideais sociais^{6,7}. O modo de produção agroecológico enfoca a justiça social, o fortalecimento das ações locais e da identidade do agricultor familiar, resgatando suas raízes culturais e sua autonomia^{2,8,9}. Embora a agroecologia contemple inúmeros conhecimentos de técnicas agrícolas, sementes e manejo da terra, ela os transcende, pois contempla saberes derivados da interação de diversos campos científicos, tais como: a ecologia, economia, ciências sociais, agronomia e antropologia⁴.

Em relação à produção de alimentos, a agroecologia contribui, ainda, com o comércio local de pequeno porte, no qual é possível a construção de relações mais horizontais de produção e consumo. Onde se tornam possíveis ações coletivas que envolvam cooperação e reciprocidade entre agricultor e consumidores⁵.

Na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o discurso da agroecologia se expandiu no Brasil em contraponto aos impactos da chamada "Revolução Verde", que ocorreu a partir de 1960. No período, houve expansão do uso de sementes selecionadas, insumos químicos e alta tecnologia no campo, com o objetivo de aumento da produção de alimentos e redução das taxas de fome até o século XXI¹⁰. De fato, houve expansão da produção, entretanto a fome persistiu, pois a quantidade total de alimentos não é o ponto crítico do problema, mas, sim, a desigualdade social¹. Caporal e Costabeber¹⁰ afirmam que o Brasil possui um impacto negativo em relação à quantidade de alimentos produzidos por meio do agronegócio. Por meio do padrão agrícola dominante, tem-se obtido supersafras de alguns grãos, como soja e milho, que são *commodities* relevantes para a economia brasileira. Todavia, em geral, são destinados para exportação ou alimentação animal. Desta forma, defende-se que, para se assegurar a SAN da população brasileira, são necessárias políticas públicas que destinem recursos para a produção de alimentos que sejam compatíveis com os hábitos alimentares regionais e promovam a transição do modo de produção convencional para o agroecológico¹¹. A agroecologia, que tem por base a agricultura familiar e a diversificação de culturas, seria estratégica para a ampliação da produção de alimentos para o consumo da população¹⁰.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) definido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e aprovado em legislação brasileira, tem por base

a agroecologia. Pois aborda em suas diretrizes: a promoção da agricultura familiar, as práticas agroecológicas e a utilização sustentável dos recursos naturais^{5,12}.

Há, também, discursos que tratam a temática com um enfoque estratégico para a promoção de saúde. A relação entre ambas as áreas se fortaleceu no Brasil no ano de 2012, com a divulgação do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, denominado “Um Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde”. O dossiê teve por objetivo alertar tanto a população quanto o Estado brasileiro sobre o uso abusivo de agrotóxicos em nosso país, assim como a contaminação ambiental e o impacto negativo sobre a saúde humana¹³. Desta forma, a agroecologia contribuiria tanto para a saúde ambiental, como humana, em relação ao agricultor e consumidor, devido a uma “produção limpa”.

A institucionalização da agroecologia no Brasil é recente, com marco inicial no evento mundial Rio+20 – conferência assim conhecida por ser realizada no Rio de Janeiro e marcar os vinte anos da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) e definir a agenda de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. Neste evento foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. A PNAPO tem por objetivo a promoção da transição agroecológica e a produção orgânica como base para o desenvolvimento sustentável. A partir dela, espera-se proporcionar melhoria da qualidade de vida à população com a oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis¹⁴. Dentre suas diretrizes, apresenta: a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, a promoção do trabalho digno, a função social de sustentabilidade da propriedade privada, a redução das desigualdades sociais e da pobreza. Para a sua consolidação, ela apresenta seis eixos centrais, dentre eles podemos destacar dois relevantes para a área de alimentação e nutrição: a ampliação da produção e processamento de alimentos de base agroecológica e orgânicos, priorizando-se os agricultores familiares e povos tradicionais; e a ampliação do consumo dos produtos orgânicos e agroecológicos, priorizando-se o comércio local, e, para isso, aumentando-se as compras feitas pelo Estado¹⁴.

Conforme o exposto, identificaram-se alguns discursos na literatura científica que dão sentidos e constroem a agroecologia, que, por meio destes, pode ser entendida por: um movimento social, um meio para o desenvolvimento sustentável, uma possibilidade de emancipação para os produtores, uma estratégia de promoção de saúde, ou, ainda, uma alternativa para a segurança alimentar e nutricional. Compreende-se que a construção dos sentidos estabelecida pelos atores sociais envolvidos influencia na maneira pela qual a agroecologia se consolida. Desta forma, considera-se relevante a descrição e análise das narrativas dos atores sociais relacionados ao ciclo de produção e consumo de alimentos agroecológicos, entrelaçando-se com os discursos científicos. Assim, o objetivo do estudo foi conhecer os sentidos e descrever os efeitos das narrativas sobre agroecologia dos diversos atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos, no município de Florianópolis.

Percurso metodológico

Este estudo possui caráter metodológico descritivo, com abordagem qualitativa, e visa descrever sentidos atribuídos à agroecologia. O referencial teórico utilizado foi o construcionismo social, o qual entende que as pessoas estão, a todo momento, construindo sentido sobre suas experiências.

Na perspectiva construcionista, não se utiliza de uma metodologia fechada, com uma avaliação que trará uma verdade em detrimento das demais, mas, sim, de um percurso que levará à compreensão de sentidos. Nesse caso, o pesquisador assume uma postura reflexiva nos processos de investigação¹⁵⁻¹⁷. Não há a expectativa de se obter um consenso entre os diversos sentidos que emergirem dos diferentes participantes, e valoriza-se o pressuposto da multiplicidade.

O local do estudo foi o município de Florianópolis/SC, que tem se destacado na produção e expansão de locais de venda de alimentos agroecológicos. Santa Catarina possui características fundiárias, sociais e culturais que organizam cerca de 90% dos agricultores na lógica da agricultura familiar, o que torna o desenvolvimento da agroecologia favorável¹⁸. Em Florianópolis, são promovidas,

semanalmente, quatro feiras urbanas agroecológicas: uma delas acontece na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), duas na região sul, e a quarta na região leste da ilha. Outra característica relevante no município, no âmbito da agroecologia, foi a conquista de um *box* exclusivo para a comercialização de alimentos agroecológicos na Central de Abastecimento (CEASA) de Santa Catarina, em dezembro de 2012.

O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista semiestruturada, onde o entrevistado é convidado a falar sobre o tema a partir de questões norteadoras¹⁹. Elaborou-se um roteiro para inspiração da pesquisadora, que serviu para aprofundar as reflexões estabelecidas durante as conversas entre pesquisador e participantes²⁰. As entrevistas versaram sobre os seguintes aspectos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos: i) como se iniciou a aproximação, quais foram os fatores que impulsionaram a adesão e permanência; ii) quais são os benefícios identificados a partir da prática agroecológica; iii) quais as expectativas em relação à expansão, quais seriam os benefícios e beneficiados; iv) se houve alguma experiência exitosa a ser compartilhada.

Os participantes de pesquisa foram selecionados por atuarem na região central da cidade, local onde se identificou haver grande fluxo de distribuição e consumo de alimentos agroecológicos. A escolha dos cinco atores sociais se deu por conveniência, sendo: um agrônomo, um nutricionista, um produtor e feirante, um comerciante e um consumidor. Conforme os pressupostos epistemológicos do construcionismo social^{15-17,20}, não há intenção de se inferir o resultado desse estudo para o município em sua totalidade. Mas, sim, conhecer os sentidos construídos para agroecologia no contexto estudado. Desta forma, assumiu-se que cada um dos participantes, compunha um grupo distinto na rede de produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos. Para a seleção destes, considerou-se a relação de cada participante com instituições ou organizações do campo da agroecologia, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1. Descrição da atuação dos atores sociais entrevistados na rede de agroecologia de Florianópolis, SC

Ator social	Local de atuação na rede de agroecologia
Agrônomo	Organização não governamental promotora de agroecologia, que atua em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Nutricionista	Setor do Governo Estadual de Santa Catarina
Produtor e feirante	Feiras e mercados agroecológicos e orgânicos, região central de Florianópolis
Comerciante	Mercados agroecológicos e orgânicos, região central de Florianópolis
Consumidor	Feiras e mercados agroecológicos e orgânicos, região central de Florianópolis

A realização da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina. Foram consideradas as normas da Comissão de Ética com seres humanos, conforme a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde²¹.

A análise dos dados foi realizada de acordo com os seguintes passos: imersão nas gravações e transcrições das entrevistas; descrição dos sentidos sobre agroecologia; seleção de trechos da entrevista que ilustrem os sentidos, e discussão com base na literatura e nos conteúdos construídos. Algumas falas relevantes foram acrescentadas na análise para oferecer uma visão representativa aos sentidos atribuídos por cada ator social. Preservou-se o anonimato dos atores, registrando-se apenas a posição social que ocupam na rede de agroecologia, a fim de contextualizar as narrativas em relação ao local de onde fala cada entrevistado.

Resultados e discussão

São expostos, a seguir, os resultados que emergiram a partir da análise propriamente dita das narrativas. Apresenta-se a compreensão do processo social pesquisado, bem como busca-se ampliar o olhar para o sentido dado pelos atores sociais participantes.

Sentidos sobre agroecologia

De acordo com Spink²², a produção de sentidos é definida por quatro tempos – longo, vivido, curto e prospectivo. Entende-se que o relato das entrevistas é uma construção em tempo curto, mas que, também, trazem vozes do tempo vivido, as quais não são exclusivas do entrevistado. Mas, sim, de um entrelaçado de discursos que compõem sua percepção e experiência com a temática. Do tempo longo, são as vozes e significados estabelecidos socialmente, alguns consolidados em literatura ou normativas; e, também, as expectativas futuras, desejos e fé que se manifestam na vontade de continuar, constituindo o tempo prospectivo. Nesse contexto, são apresentados, no Quadro 2, os sentidos que emergiram da análise das entrevistas realizadas com os atores sociais da rede de agroecologia.

Quadro 2. Sentidos sobre agroecologia para os atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos

Agrônomo	Produção alternativa; solo saudável; cultura do campesinato; modelo de sociedade transformador
Nutricionista	Promoção de saúde; objeto para políticas públicas
Produtor	Produção bonita, limpa e sustentável; alimentos aptos à certificação participativa; promove relações de reciprocidade
Comerciante	Comércio justo; alimentos saudáveis e aptos à certificação orgânica
Consumidor	Alimentos orgânicos e saudáveis; produção sustentável; promove relações além das mercantis

Um sentido atribuído à agroecologia que foi comum entre vários entrevistados (nutricionista, consumidor, comerciante) foi o atributo de saudável. Os benefícios da agroecologia para a saúde são estabelecidos a partir de exemplos de acometimentos por intoxicações com agrotóxicos e câncer.

“Tem um agricultor que teve doenças seríssimas pelo agrotóxico e ele foi para Garuva para plantar banana orgânica”. (Nutricionista)

“A saúde é a principal característica. Por que você vai escolher comer veneno? A vantagem entre o orgânico e o convencional é a saúde. É um caminho sem volta, as pessoas estão se conscientizando e, os médicos também. A gente tem clientes em tratamento, inclusive de câncer, que vem aqui no mercado, tem bom resultado e agradecem muitíssimo. E tem outro público que não quer ficar doente. Por que eu vou comer uma maçã com 40 aplicações de veneno? [...] O câncer, antes se ouvia falar, hoje está na casa de quase todas as famílias”. (Comerciante)

Desta forma, o saudável é construído a partir dos riscos de se desenvolver doenças. Segundo Beck²³, os riscos relativos aos resíduos de agrotóxicos nos solos, água e alimentos, são imprevisíveis e incertos. Eles podem ter efeitos catastróficos globais, ser invisíveis e irreversíveis, uma vez que não são controláveis por um indivíduo e nem por grupos específicos, alcançando-se uma dimensão planetária. Para nos proteger desses riscos, são necessárias escolhas diárias, amparadas em conhecimentos científicos. Os quais também são extremamente instáveis, pois são colocados em cheque a cada nova pesquisa científica divulgada. Isso faz com que as decisões cotidianas tornem-se cheias de incertezas

e angústias para os leigos e fortemente influenciadas por pressões políticas e econômicas para os especialistas²⁴.

Ao entrelaçar os discursos sobre a sociedade de risco²³ e a saúde, compreende-se que a insaciabilidade dos riscos relacionados à saúde move também o sistema econômico, criando novos produtos. As necessidades básicas, como alimentar-se, morar, vestir-se, podem ser satisfeitas, mas os riscos civilizatórios hoje vivenciados são um “poço sem fundo” de necessidades infinitas, tornando-se um lugar importante para o mercado^{23,24}. Assim, é preciso refletir sobre o efeito da construção do saudável a partir do risco, que desencadeia a geração de novos produtos. Ao ser incentivado o consumo de alimentos agroecológicos a partir da centralidade do risco, reforça-se a incorporação da agroecologia ao mercado. Sendo que este efeito é concorrente em relação aos ideais agroecológicos mais amplos, de movimento em oposição ao agronegócio, desde a forma de organização social à autonomia em relação ao mercado.

Também se destacou o sentido de alimento apto à certificação, ou seja, que deve ser certificado para que, de fato, seja um alimento agroecológico, nas falas do comerciante: “Para os que plantam e não possuem certificação, não se realiza a compra. Não tem o selo, mas não tem veneno, não se vende no mercado [...] Não quero correr nenhum risco em relação à lei” (Comerciante).

Segundo Portillo e Casteñeda²⁵, os sistemas de certificação no Brasil estão em transição, passando das convenções sociais e da confiança pessoal para processos ligados à lógica industrial, com objetivo de padronização para a formação de *commodities*, tal como as certificações. Os autores consideram que a institucionalização da agricultura agroecológica valorizou critérios que validam a qualidade do produto final, e não o processo em si, sendo o último bem mais amplo e relevante para o movimento agroecológico.

O processo de produção de alimentos agroecológicos certificados necessita da técnica, e que, na sociedade capitalista, está atrelado à racionalidade instrumental²⁶. Tem-se um processo de homogeneização e massificação, característico da indústria cultural; este sacrifica o poder emancipatório, pois produz bens culturais em forma de mercadoria²⁷. A padronização e a técnica se sobrepõem à autonomia na produção e anulam a originalidade do produto²⁸. O discurso do caráter de industrialização do selo de certificação nos convida a interpretá-lo como uma representação de marca, a qual, de maneira fetichizada, empresta personalidade ao objeto, além de agregar a ele valores subjetivos. Ainda, o selo de certificação aproxima a agroecologia do mercado enquanto ‘produto cultural’²⁸ e distancia-se da perspectiva do movimento agroecológico.

Foi trazido, também, o sentido do comércio justo, pelo comerciante.

“A filosofia do comércio justo é essa: você não explora quem está na terra. Estamos fazendo um esforço muito grande para quebrar isso. A motivação para isso vem do fato de “ser humano”. Pensar no lucro não como um fim, mas como um meio. Oxalá, que todas as empresas pensem desta forma!

[...] Reduzir o número de atravessadores, buscando melhor preço, para aumentar o número de clientes”.

Na literatura, o comércio justo vem sendo definido por práticas socioeconômicas alternativas aos comércios convencionais, regidos por regras globais e injustas, em especial, para os agricultores familiares. O comércio justo e solidário deve estabelecer relações de equidade, confiança e interesses compartilhados entre produtores e consumidores²⁹. Buscou-se analisar a resolução do Parlamento Europeu³⁰ que dispõe sobre o comércio justo e apresenta as práticas a serem seguidas nesta modalidade, a fim de refletir sobre a coerência do discurso do comerciante. Observou-se que o mercado referido na narrativa é uma empresa privada, em que, numa ponta, estão os proprietários, que detêm o capital, e, na outra, os agricultores fornecedores, que detêm a sua força de trabalho. As despesas e receitas da comercialização dos alimentos não são distribuídas equitativamente entre os envolvidos no processo de produção e venda, assim, não se pode assegurar uma relação orientada pelos princípios do comércio justo. Também deveria haver um acréscimo de um valor monetário

adicional sobre o produto, a ser repassado integralmente aos produtores, para o seu fortalecimento. Embora não tenha se falado sobre essa prática durante a entrevista, a partir da necessidade de preços inferiores deste mercado em relação às grandes redes de supermercados, para a sua manutenção no setor, supõe-se que a aplicação desse incremento no preço não seja possível no local.

Junto aos hortifrutis comercializados no mercado da comerciante entrevistada, consta apenas a informação do município e estado de procedência, junto ao preço. Não são apresentados outros elementos que deem visibilidade à origem e aos valores culturais e históricos dos alimentos ofertados.

Ao olhar para o discurso do comerciante a partir do discurso teórico sobre o comércio justo, o mercado em questão se aproxima mais de um empreendimento econômico, que precisa atender uma logística de mercado, engessado, sem mobilidade para alcançar outros horizontes mais justos.

Nas narrativas do produtor e do consumidor, destaca-se, também, a sustentabilidade enquanto um sentido atribuído à agroecologia. Ela é pouco explorada em ambas as narrativas, pois é tratada como um consenso, uma verdade já firmada, não parecendo ser necessário, aos entrevistados, discorrerem mais sobre este sentido. Este fato é corroborado pela crítica de Boff³¹ (p. 37), “o conceito de sustentabilidade atualmente é tão usado e abusado, que já se transformou num modismo, sem que o seu conteúdo seja esclarecido ou criticamente definido”. Em consonância com esse discurso, o sentido de sustentabilidade é sucintamente justificado pelo consumidor da seguinte forma: “O sustentável é: ambientalmente, economicamente, socialmente”.

Entretanto, é relevante abordar que o conceito hegemônico de sustentabilidade deriva de acordos internacionais, tal como o Relatório de *Brundtland*³², os quais constroem a sustentabilidade a partir de uma visão de mundo eurocêntrica, onde o padrão de desenvolvimento a ser alcançado é a generalização do padrão de consumo dos países ricos³¹. O conceito de sustentabilidade econômica está atrelado ao crescimento, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) com vistas ao desenvolvimento. No entanto, os termos desenvolvimento e sustentabilidade são contraditórios, pois o primeiro é linear, crescente e supõe a exploração da natureza, a qual gera desigualdade. Já a sustentabilidade, nas suas ciências de origem (biologia e ecologia), tem um caráter circular e includente³¹. O discurso do desenvolvimento sustentável inverte a raiz de causalidade da crise ambiental e, por essa, responsabiliza o subdesenvolvimento, e desconsidera a desigualdade produzida pela economia capitalista, apresentando-se socialmente excludente. As três dimensões da sustentabilidade, citadas pelo consumidor – ambiental, social e econômica –, não estão em uma relação de igualdade, e, segundo Boff³¹, tornam o discurso do tripé da sustentabilidade vazio e retórico.

O agrônomo aborda outros sentidos sobre agroecologia, que se aproximam mais do seu caráter ideológico contra-hegemônico, tais como: a cultura do campesinato e um modelo de sociedade transformador.

“A motivação para plantar é muito forte em um aspecto: a questão da cultura do campesinato. [...] Eu acredito nisso. E além da agroecologia, eu atuo na agricultura campesina. Isso tudo para sair das grandes corporações dos alimentos, são quatro empresas querendo dominar o alimento no mundo, isso pra mim é diabólico. Agroecologia é o modelo de sociedade que eu quero. Não quero vender veneno, abrir uma agropecuária, fazer licenciamento ambiental. A gente está aqui por um modelo de sociedade que a gente quer, que estamos construindo”. (Agrônomo)

As sociedades camponesas ou campesinas se caracterizam por grupos que tem a centralidade da unidade de produção para reprodução da família, e não na comercialização. Essa categoria difere do agricultor familiar, que embora também busque a soberania alimentar no âmbito da sua família, está integrado a um mercado, respondendo às suas exigências³³. Este discurso produz a compreensão de que, na prática do campesinato, os trabalhadores da terra atuam na luta contrária às dominações políticas e econômicas. Ao analisar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), ela traz, por diretriz, a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção com vistas ao apoio de agricultores familiares¹⁴. Porém, não faz menção em nenhuma das diretrizes às terminologias: camponês, campesino ou campesinato. Neste cenário, têm-se: os efeitos da normatização pelo Estado, a redução do caráter tradicional da agroecologia e o reforço da adequação ao sistema econômico presente.

O consumidor e o produtor também consideram, entre os sentidos para a agroecologia, as relações além das mercantis, com o caráter de reciprocidade, que pode ser entendido por sinônimo de solidariedade. Na perspectiva antropológica, a reciprocidade corresponde a uma relação intersubjetiva, e não apenas uma simples troca de bens ou de objetos³⁴.

De acordo com Sabourin³⁵, a venda direta favorece o encontro entre produtor e consumidor, e, além do valor de troca, existe o contato direto que favorece uma relação de reciprocidade, propiciando sentimentos como: amizade, valorização e reconhecimento mútuo, fidelidade e confiança. Essas situações dão lugar: às relações humanas, a conversa sobre o produto, o trabalho, a troca de experiências de vida. Ao encontro desta definição, segue a descrição do consumidor, ao relatar suas experiências ao frequentar a feira agroecológica: “[...] tem também aquele Almoço Hare Krishna, que é maravilhoso, você vai lá e senta com eles, conforme a filosofia deles e compartilha. Tem coisa mais nutricional que isso?!”.

Entretanto, as políticas públicas já estabelecidas, estão mais voltadas para as práticas de mercado, desenhando-se a necessidade de que elas se voltem, também, para as práticas de reciprocidade^{35,36}.

Agroecologia: inserção nos mercados ou um movimento pela construção de um novo modelo de sociedade

A partir da descrição dos sentidos e seus efeitos, entrelaçando-se narrativas e discursos teóricos, encontram-se dois eixos principais: i) sentidos relativos, de forma direta e indireta, à inserção de agroecologia nos mercados, e ii) sentidos relativos à agroecologia na qualidade de um movimento em direção à construção de um outro modelo de sociedade. Na primeira linha, eles se dividem em: relativos à inserção nos mercados, de forma direta e indireta. Na forma direta, referem-se às propostas: de aumento da produção e escoamento para mercados, de aumentos dos pontos de venda, e de fomentos estatais por meio de políticas públicas. Já na forma indireta, referem-se aos sentidos de: estilos de vida saudáveis, sustentabilidade, certificação de orgânico; pois se considera que esses atributos são construídos a partir de riscos, com a finalidade de se criarem novos produtos. O saudável, o sustentável e o selo de certificação são formas de agregar valor. Além do valor de uso e de troca do produto, são adicionadas, ao produto, ideias, ligadas a valores subjetivos e oferecidos ao consumidor, tais como: cuidado com a saúde, meio ambiente e segurança. A partir disso, entende-se que se constroem produtos fetichizados, onde as relações entre homem e ambiente, relativas a todo o processo de produção, distribuição e aquisição, passam a estar contidas no selo de orgânico, ou na informação científica comunicada por algum especialista da área sobre os benefícios relativos à saúde e/ou ambiente. A fetichização se dá pelo processo de agregar as relações humanas ao produto e se esvaziarem os sentidos e atenção ao processo e aos envolvidos³⁷. Esses sentidos, ligados à inserção da agroecologia no mercado, foram os mais frequentes nas narrativas acima descritas.

Já a segunda linha: sentidos relativos à agroecologia como um movimento em direção à construção de outro modelo de sociedade foram trazidos apenas, pelo agrônomo, de forma mais enfática. E, pelo consumidor, de forma bem mais tímida, e, ainda, junto com outros sentidos relativos à adequação da agroecologia ao sistema econômico vigente.

São duas formas distintas apresentadas, possíveis, da construção da agroecologia: uma com vistas à sua expansão, adequando-se ao modelo econômico e às regras já estabelecidas; e outra, de resistência ao que está imposto, de valorização das minorias e das culturas tradicionais, de militância, contra-hegemônica. Nos sentidos presentes nas narrativas, considera-se dessa segunda forma: a cultura do campesinato, o modelo de sociedade transformador, a reciprocidade e as relações além das mercantis. São duas formas concorrentes. Inclusive, a adaptação ao mercado, carrega consigo o reducionismo da temática ao produto, o que parece bastante problemático, considerando-se a sua complexidade.

Nas narrativas dos entrevistados, percebeu-se que a ideologia da agroecologia é mais forte nos atores que se aproximam do espaço da academia, como com o agrônomo, especialista na temática. Quando se operacionaliza a proposta, o mercado passa a ser central, e os demais valores, relativos às questões humanas, passam a ser componentes do produto que lhe agregam valor, enquanto deveriam ser principais.

No âmbito da comercialização, de acordo com Comunello³⁸, há uma separação entre as organizações: os circuitos agroecológicos (ONGs, movimentos sociais, agricultores familiares e feirantes) e os circuitos orgânicos (supermercados e agricultores empresários). No primeiro, os interesses são centrados em valores mais equitativos e solidários, já no segundo, buscam propriamente o lucro. Ao perceber que a distinção entre orgânicos e agroecológicos não é feita em várias das narrativas (produtor, comerciante, consumidor), entende-se que a linha de separação entre os dois circuitos, orgânicos e agroecológicos seja muito tênue. Talvez a percepção de que há duas formas de expansão da agroecologia – uma incorporando-se ao sistema e outra de resistência a ele, buscando outro modelo de sociedade – contribua para a separação dos dois circuitos e possibilite impulsionar a agroecologia, em seu contexto amplo.

Considerações finais

Para a compreensão da diversidade de discursos que a temática engloba, foram levantados cinco principais discursos sobre agroecologia: o movimento agroecológico, a sustentabilidade, a autonomia do agricultor, a promoção de saúde e a Segurança Alimentar e Nutricional. Na análise das entrevistas, foram registrados sentidos referentes à narrativa de cada ator colaborador da pesquisa. Estes foram analisados a partir de outros discursos teóricos, não com o objetivo de deslegitimá-los, mas, sim, de promover a reflexão sobre eles. A proposta problematizadora das narrativas se deu no intuito de apontar lacunas, possibilidades e outros olhares sobre os discursos que vêm sendo enfatizados nas políticas públicas. Também se discorreu e analisou sobre os efeitos produzidos em cada narrativa e o potencial de cada um deles, tanto em contribuir com a consolidação da agroecologia, ou de maneira inversa, reduzi-la ao produto sem agrotóxico, que compõe um nicho de mercado.

Com os discursos, narrativas e reflexões estabelecidas, não se alcança um fim em si, mas oportunidades de se construírem outras formas de pensar e agir no que tange à prática agroecológica, com maior visibilidade sobre quais interesses e discursos são legitimados e quais são silenciados. E, ainda, com maior clareza sobre as implicações éticas de cada discurso e quais movimentos que eles têm possibilidade de estimular. Assim, tais reflexões continuam e se manifestam com potencial de embasar novos direcionamentos no campo da agroecologia.

Colaboradores

Deise Warmling participou da concepção e delineamento do estudo; coleta, processamento, análise e interpretação dos dados; pesquisa bibliográfica e elaboração do manuscrito. Rodrigo Otávio Moretti-Pires participou da concepção e delineamento do estudo, elaboração e revisão crítica do manuscrito. Os autores aprovaram a versão final do manuscrito e declaram serem responsáveis por todos os aspectos do trabalho.

Referências

1. Navolar TS, Rigon SA, Philippi JM. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. *Rev Bras Promoc Saude*. 2010; 23(1):69-79.
2. Carvajal JJM. La agroecología: un marco de referencia para entender sus procesos en la investigación y la praxis. *Luna Azul*. 2011; 1(32):128-34.
3. Altieri MA. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE; 1989.
4. Altieri MA. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3a ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS; 2001.
5. Azevedo E, Pelicioni MCF. Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersetorial. *Saude Soc*. 2011; 20(3):715-29.
6. Ruiz-Rosado O. Agroecología: una disciplina que tiende a la transdisciplina. *Interciência*. 2006; 31(2):140-5.
7. Bauer MAL, Mesquita Z. Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. *Rev Adm Emp*. 2008; 48(3):23-34.
8. Caporal FR, Costabeber JA. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. *Cienc Ambient*. 2004; 27(1):152-65.
9. Azevedo E, Pelicioni MCF. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2012; 31(4):290-5.
10. Caporal FR, Costabeber JA. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA; 2004.
11. Gliessman SR. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS; 2000.
12. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 18 Set 2006.
13. Abrasco. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde: parte 1 - agrotóxicos, segurança alimentar e saúde. Rio de Janeiro: Abrasco; 2012. p. 1-98.
14. Ministério da Agricultura (BR). Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). *Diário Oficial da União*. 20 Ago 2012. Seção 1:4-5.
15. Burr V. An introduction to social constructionism. 2a ed. London: Routledge; 2003.
16. Gergen KJ, Gergen M. Construcionismo social: um convite ao diálogo. Rio de Janeiro: Instituto Noos; 2010.
17. Spink MJ. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro: BVCE; 2010.
18. Epagri. Agroecologia em Santa Catarina [Internet] [citado 10 Maio 2013]. Disponível em: <http://www.epagri.sc.gov.br>.
19. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde. 10a ed. São Paulo: Hucitec; 2007.
20. Corradi-Webster CM. Consumo problemático de bebidas alcoólicas por mulheres: discursos e histórias [tese]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2009.
21. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Brasília (DF): Conselho Nacional de Saúde; 2012.

22. Spink MJ, Lima H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: Spink MJ, organizadora. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. 3a ed. São Paulo: Cortez; 2004. p. 71-99.
23. Beck, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34; 2010.
24. Guivant JS. Riscos alimentares: novos desafios para a Sociologia Ambiental e a Teoria Social. *Desenvolv Meio Ambiente*. 2002; 5(1):89-99.
25. Portillo F, Castañeda M. Certificação e confiança face a face em feiras de produtos orgânicos. *Rev Econ Agric*. 2011; 58(1):11-21.
26. Horkheimer M. Eclipse da razão. Rio de Janeiro: Labor; 1976.
27. Adorno TW, Horkheimer M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1985.
28. Crocco FLT. Indústria cultural: ideologia, consumo e semiformação. *Rev Econ Pol Tecnol Inf Comunic*. 2009; 11(1):1-15.
29. Tiburcio BA, Valente ALEF. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). *Rev Econ Social Rural*. 2007; 45(2):497-519.
30. Johnson PW, organizador. Comércio justo e solidário. São Paulo: Instituto Polis; 2004.
31. Boff L. Sustentabilidade: o que é – o que não é. Petrópolis: Vozes; 2012.
32. Brundtland GH. Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas; 1991.
33. Wanderley MNB. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Est Soc Agric*. 2003; 21(1):42-61.
34. Sabourin E. Políticas públicas de desenvolvimento rural e reciprocidade. In: 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais: mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político; 2010; Curitiba; Brasil. Montpellier : CIRAD; 2010. p. 1-13.
35. Sabourin E. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond; 2009.
36. Lampa FM, Rover OJ. Os mercados provocaram alterações significativas na maneira de produzir e consumir alimentos e nos modos de vida dos agricultores. *Rev Agricult*. 2013; 10(2):1-5.
37. Sell CE. Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx. Itajaí: Ed. Univali; 2001.
38. Comunello JF. Movimentos sociais, agroecologia e circuitos no capitalismo. *Ruris*. 2012; 6(1):45-72.

Warmling D, Moretti-Pires RO. Sentidos sobre agroecología en la producción, distribución y consumo de alimentos agroecológicos en Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. *Interface* (Botucatu). 2017; 21(62):687-98.

El objetivo de este estudio fue describir los sentidos atribuidos a la agroecología por actores de la red de producción y consumo de alimentos agroecológicos en el municipio de Florianópolis. El estudio contó con cinco participantes: un agrónomo, un nutricionista, un productor, un comerciante y un consumidor. La referencia epistemológica y metodológica fue el construccionismo social. Los sentidos descritos fueron: el alimento saludable y apto para la certificación, la producción sostenible, el comercio justo, la cultura campesina, las relaciones de reciprocidad. En el análisis de los resultados, se encuentran dos ejes principales: sentidos relativos, de forma directa e indirecta, para la inserción de agroecología en los mercados y los sentidos relativos a la agroecología como un movimiento en dirección a la construcción de otro modelo de sociedad. Prevalció el presupuesto de la multiplicidad, en la cual las diversas narrativas nos posibilitan ampliar el debate y las percepciones sobre la temática.

Palabras clave: Agroecología. Alimentos agroecológicos. Agricultura sostenible. Construccionismo social.

Submetido em 22/04/16. Aprovado em 09/08/16.